



AS RECONFIGURAÇÕES DA QUESTÃO SOCIAL EXPRESSÕES NO MUNDO DO TRABALHO RURAL/URBANO: uma abordagem marxista

Maria das Graças Osório Pitombeira Lustosa

1

RESUMO

Este trabalho analisa aspectos desse novo estágio de reestruturação capitalista no Brasil, a partir dos anos 90, com destaque à Questão Social, suas expressões rurais/urbanas, frutos da nova divisão nacional e internacional do trabalho, e as relações sociais de produção. Esse modelo reformista – conservador, não altera os fundamentos da sociedade burguesa, favorece o desenvolvimento das forças produtivas, em detrimento do trabalho, reafirma as contradições capitalistas, nesse contexto de "mundialização financeira". Os níveis de pauperização daí decorrentes exigem o incremento de políticas sociais assistencialistas/compensatórias, cuja reconfiguração acenam à apreensão das incidências desses processos à análise sobre as expressões da "Questão Social".

Palavras Chave: questão social, serviço social, trabalho, e políticas sociais.

ABSTRACT

This work analyzes aspects of this new period of capitalist reorganization in Brazil, from years 90, with emphasis to the Social matter, its rural's and urban's expressions, fruits of the new national and international work division and the social relations of production. This reformist model - conservative, does not modify the bourgeois society bases, benefits the productive forces development, in detriment of the work, reaffirms the contradictions capitalists, in this context of "financial globalization". The levels of poverty consequences demand the development of assistencialists/compensatory social politics, whose reconfiguration refers to the apprehension of these processes incidences to the analysis on the "Social matter" expressions.

Key words: social matter, social service, work and social politics.

1 INTRODUÇÃO

A partir dos anos 90 o modelo de desenvolvimento capitalista no Brasil, nesse estágio de reprodução promove mudanças expressivas nas relações sociais de produção com impactos no mundo do trabalho rural e urbano. No âmbito da produção agrícola o desenvolvimento dos grandes segmentos pela expansão dos avanços da tecnologia aumenta o volume da produção de matérias – primas, combinado a concentração da propriedade, em detrimento dos pequenos segmentos, com implicações para o trabalho. Sustenta-se que o Brasil reafirma um modelo de desenvolvimento reformista-conservador. No âmbito da propriedade não altera os fundamentos da sociedade burguesa, desmonta a

¹ Doutora em Serviço Social pela UFRJ. Professora (Adjunta). Universidade Federal Fluminense -UFF - Niterói – Rio de Janeiro

importância do trabalho e de certos tipos de produção. Com isso, dissimula a concepção de sociedade como “*totalidade social*”, ou “*unidade concreta de contradições*”, confundindo o que ensinaram Marx e Lukács, quanto ao significado da “*produção como produto social*” em que a “*distribuição é resultado do modo como são distribuídas as formas de produção*” (MARX Apud LUSTOSA 2005:256)

Esse modelo tem como contrapartida o incremento de um conjunto de políticas públicas de recorte social destinadas à minimização dos efeitos sobre o trabalho, com prioridade á esfera da “*distribuição*”. Isso ajuda a obscurecer o sentido das transformações societárias como necessidades iminentes da lógica capitalista, tornando sombrias as incidências desses processos à apreensão das expressões da “*questão social*”.

2 DESENVOLVIMENTO

As transformações globais nessa “nova” ordem mundial capitalista de cunho econômico-liberal, consolidadas nessa nova divisão nacional e internacional do trabalho com repercussões importantes tanto para o setor urbano como rural. Essas mudanças afetam as economias emergentes, e têm fortes influências nas relações sociais de produção com reflexos nestes setores.

O Brasil se insere nessa dinâmica mundial econômica e política, cujos ajustes estruturais atingem diversos ramos da produção. À agricultura cabe atender os imperativos do mercado, frente a maior abertura à competitividade internacional, efetivando a mercantilização dos negócios rurais. Seu papel tradicional na formação dos excedentes para financiar a indústria, as políticas de crédito rural, a provisão de alimentos, o fornecimento de mão de obra barata, são hoje, considerados obsoletos.

A partir dos anos 90, o governo Fernando Henrique Cardoso redefine certos parâmetros sobre a racionalidade do desenvolvimento desse setor produtivo. A expressão mais efetiva dessas mudanças, foi a consolidação de uma nova hierarquia na divisão social do trabalho na agricultura que passa a ser dividida em dois ramos: a agricultura patronal, e agricultura familiar².

Esse modelo é aprofundado pelo governo de Luis Inácio Lula da Silva, o qual promove uma re-funcionalização de relações conservadoras, sedimentada na despolitização da reforma agrária, ao defender a proposta de “*Reforma Agrária negociada*” não mais com a *intervenção do Estado*,(LUSTOSA, 2005:244). A partir de 2002 o governo segue as

²- Para maiores esclarecimentos ver o programa de Apoio à Agricultura Familiar – PRONAF. Brasília 1996.
III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

premissas do projeto neoliberal quando realiza um novo acordo o “Pós-Consenso de Washington”.

Em termos mais amplos esse projeto em suas origens define como funções à agricultura: *“gerar renda desconcentrada, apoiar a competitividade internacional, reduzir desigualdades sociais, diminuir as migrações cidade-campo, gerar divisas, garantir políticas de segurança alimentar, ajudar a reduzir desigualdades sociais”*. (“Novo Rural Brasileiro”, NEAD: 1998). E defende que o modelo focado na *“industrialização concentrada em áreas metropolitanas e na agricultura patronal estaria em crise”* (Idem).

Ora, se até o final dos anos 80 o Estado foi o principal responsável pelo financiamento do setor agrário, nos anos 90 tem-se um cenário absolutamente diferente. Mudam as formas de gestão do Estado com impactos em todos os setores da vida social, e na formulação e implementação de políticas sociais. Isso mostra a importância de análises sobre as incidências desses fatos nas expressões da “questão social”, uma vez que as mudanças nas novas formas de regulação e na gestão das políticas públicas ocorrem não apenas na produção, mas, têm influências nas políticas sociais, dadas as expressões desses fenômenos sobre o mundo do trabalho. Além disso, as alterações nas relações público-privado, em que essas políticas são em boa medida implementadas pelo setor privado, ainda que gerenciadas pelo Estado.

Nos anos 90 as agências financiadoras internacionais vêm exigindo, não apenas dos países em desenvolvimento, - uma reorganização da propriedade privada da terra, - exercendo assim, um maior controle burocrático sobre o funcionamento do mercado de terras ou mercados de compra e venda de terras. Fenômenos como as deliberações do poder de regulação do Estado à abertura dos mercados e a quebra das barreiras de importação, fizeram com que o capital passasse a exercer maior controle e domínio dos processos de valorização, diante da formação dos oligopólios mundiais. Grandes grupos econômicos reorganizaram seus mecanismos de acumulação intensificando a concorrência e a cooperação contra a entrada de novos concorrentes de fora da OCDE, criando barreiras industriais e comerciais regidos pelo GATT, com repercussões para países emergentes.(LUSTOSA,2005:155).

A lógica desse modelo evidencia tendências de acirramentos nas relações regionais e nacionais em conformidade com o ideário da globalização.³ Esse padrão de

³ Identificamos que, em reunião da Organização Mundial do Comércio, na 5ª Conferência Ministerial da OMC, realizada em Cancun México em 2003, os países não consolidaram um acordo sobre o fim dos subsídios agrícolas em países ricos, o que permitiria o acesso aos mercados agrícolas pelos países pobres. O Brasil se considerou vitorioso, ao liderar como porta voz do G22 (os vinte e dois países em desenvolvimento). Diante das potências mundiais, 15 nações da União Européia, Suíça, Japão e Estados Unidos foram contrários à eliminação dos subsídios agrícolas. Não houve consenso, ficando para a próxima reunião do Conselho Geral da OMC, marcado para Genebra em dezembro de 2003. Trata-se de conflitos nas relações de poder entre nações industrializadas e países emergentes, onde os primeiros continuam a exercer pressões em busca da manutenção de sua hegemonia sobre os segundos. A OMC agrega mais de 90 % do comércio internacional, III JORNADA INTERNACIONAL DE POLÍTICAS PÚBLICAS São Luís – MA, 28 a 30 de agosto 2007.

desenvolvimento intensifica a mercantilização das relações sociais de produção, isto é, aumentam a “concorrência” e a “competitividade” entre os mercados nacionais e internacionais. Sob o ângulo político, essa “globalização” reforça ideários de perdas de soberanias nacionais, intensificando processos de disputas e de dominação inclusive entre territórios. No padrão capitalista brasileiro em que a propriedade da terra é um instrumento de mediação social isso condiciona a dominação do sistema do capital em suas diferentes formas: agrário, financeiro, bancário, favorecendo a ampliação dos investimentos mercantis. Nesta particularidade histórica o progresso tecnológico se interliga ao controle da propriedade da terra, diferente do modelo clássico adotado pelos países que fizeram a reforma agrária como condição de viabilização do desenvolvimento capitalista.

No contexto dessas transformações, o trabalho, surge como um componente, por excelência, na criação do valor junto aos meios de produção, os quais formam uma combinação que consolida essa finalidade: “*meios de trabalho e de desenvolvimento elevado da força de trabalho*” e como uma determinação da qual emanam todas as outras esferas da vida social.⁴ Como consequência desses fatos ocorrem nessas áreas aumentos expressivos do desemprego nos espaços rurais ou seja, “(...) *cerca de 400 a 500 mil empregos agrícolas e provavelmente de um número igual ou superior de estabelecimentos rurais familiares (...) se desativaram (...) ou refluíram para o sistema de economia de subsistência*” (DELGADO, Apud LUSTOSA 2005:p.61) Nos anos de 1970/1980, haviam quedas nas taxas de crescimento do “*emprego temporário 8,5% a.a em relação ao trabalho assalariado permanente de 6,3 % a.a*” bem como, em 1981, existiam 32.166 pessoas envolvidas em atividades não-agrícolas no campo e que, em 1997, esse número cresce para 52.156 (SILVA, 1999a:159 e 2000:20).

Isso significa que em tempos de crises, o capital se revoluciona seus metabolismos reprodutivos “(...) *não só as relações entre os diversos agentes da produção, mas também, (...) o caráter do trabalho e a modalidade real do trabalho no seu conjunto*” (MARX, 1969:89).

Os desdobramentos desses processos corroboram o desmonte do trabalho e de tipos de produção, dando origem em áreas rurais, a um “novo” e curioso fenômeno social: a redução expressiva das rendas rurais são provenientes não mais dos rendimentos do trabalho mas, das políticas públicas de recorte social (LUSTOSA Apud Kageyama, 2006). Isso ocorre porque, a redução dos investimentos nas políticas públicas no setor produtivo e

mas tem, embutidas nessas relações de comércio mundial, questões teóricas recheadas de controvérsias, como “*direito de propriedade intelectual fundamentado na teoria do crescimento com progresso técnico endógeno*”. Estão em jogo relações de poder, cujos avanços dependem da capacidade de modificá-las no mercado mundial. O Brasil demonstra lutar para sua inserção nessa luta. Informações extraídas de jornais e em artigo de autoria de KALLABIS, R.P. Países em desenvolvimento e a Organização Mundial de Comércio. Disponível em: www.jubileubrasil.org.br/artigos.

⁴ MARX, Karl. *O Capital*. Crítica da Economia Política. Livro I, v.I, idem, p. 204.

seus efeitos sobre o trabalho impõem investimentos em políticas de recorte social, diante dos níveis de pauperização de camadas de trabalhadores nesse ramo da economia. É neste sentido que a “*nova economia social de mercado*” assume um caráter mais social do que produtivo. Entretanto, ficam obscuros os significados dessas transformações para o mundo do trabalho, como: o crescimento do desemprego, do subemprego, do trabalho precarizado, o sentido das novas formas sociais do trabalho.

No entanto, esse “desmonte” do trabalho na produção apesar de constituir um dos enfoques centrais dessa reestruturação produtiva, porque, a legislação rígida subtrai as oportunidades do trabalho assalariado no campo, Silva (1999) isso não significa o desaparecimento do trabalho. Ao contrário, ressurgem formas primitivas, metamorfoseiam-se outras formas sociais de trabalho. Assim, o fortalecimento da produção de mercadorias, ocorre de forma mais intensa, principalmente no agronegócio, voltado às culturas de exportação, cana de açúcar e soja etc. O resultado disso é a intensificação da produção de matérias-primas e a potencialização do uso dos avanços tecnológicos, pela venda de meios de produção, máquinas e equipamentos modernos, os quais aceleram os processos de agregação de valor pelo envio de produção para mercados tecnologicamente mais desenvolvidos, para países como Estados Unidos e Europa.

As repercussões desses avanços para o trabalho requisitam estratégias específicas de enfrentamentos, como a criação de um conjunto de políticas sociais que a nosso ver, funcionam como meios de controle social, servindo também como meios de despolitização das lutas sociais, à busca de “consensos”. Tal dinâmica ajuda à naturalização das relações sociais de produção, e obscurecem as contradições. Enfim, forjam o descaso pela relação dialética entre o grau de desenvolvimento das forças produtivas e seus impactos sobre a reprodução da força de trabalho, e dissimulam as formas de subordinação do trabalho, a negação de direitos sociais e de cidadania. Mas, há um desafio a enfrentar nessa ordem social é que: ao entrar em absoluta contradição frente às necessidades de expansão do consumo, mediante os níveis altos de pobreza e de miséria, visto que, em tempos de crises econômicas, o Estado passa a redirecionar os excedentes produzidos e regulados por ele, para a esfera da acumulação, e isso vai se efetivar na esfera do consumo. É sobre essa contradição que percebemos a emergência das políticas sociais para subsidiar o consumo e estimular a demanda das camadas mais afetadas pelos jogos do mercado. É também, diante dos níveis de pauperização das camadas excedentes, que o Estado passa a viabilizar medidas assistencialistas, destinadas à minimização das expressões da questão social. Não obstante, não é a produção o foco desse modelo de desenvolvimento, e sim, o crescimento do uso de tecnologias avançadas, voltadas à potencialização da produção e da produtividade. Essas vão contribuir para os ganhos do capital, adquiridos pela valorização do valor, via “*extração de mais – trabalho*”, e a

agregação de valor às matérias –primas, cujas tecnologias fazem a exploração do “*trabalho vivo pelo morto*”, o que significa que “(...) é o passado que avilta e agrilhoa o presente” (MARX, 1969, p.21).

3 CONCLUSÃO

Esse incremento tecnológico por um lado, possibilita a expansão do lucro através do capital constante e ocorre tanto pela exploração do “*trabalho vivo como pelo trabalho morto*”, mais favorecido pelo primeiro; por outro, provoca expulsões da força de trabalho desqualificada, uma das saídas é a inserção nos programas assistenciais. Em nossa avaliação, isso explica porque o programa Bolsa Família é considerado pelo governo Lula da Silva como “*o maior programa de transferência de renda hoje no Brasil*”, abrange 99,9% dos 5.568 municípios brasileiros, atendendo a 11,1 milhões de famílias, totalizando em 45 milhões de brasileiros, só abaixo do Venezuelano que atende a sete milhões e o mexicano, que atende a cinco milhões de famílias (LUSTOSA, 2006:3), cujos desdobramentos exigem rigor analítico no âmbito das áreas sociais.

No âmbito da propriedade as regiões brasileiras com baixa densidade demográfica, possuidoras de amplas disponibilidades de terras, como a Nordeste e Centro-Oeste, o preço baixo do mercado de terras vem estimulando a consolidação dessas estratégias.⁵ Coincidência, ou não, nessas regiões os gastos com os programas de assistência social são maiores.⁶ Em contrapartida, nessas áreas cresce o agronegócio, mas, concentram altos índices de pobreza, há indícios de ressurgimento de migrações, por isso, o aumento das demandas por políticas sociais, acenando assim, às novas configurações da questão social. Tanto assim, que um terço do total dos postos de trabalho nas áreas rurais identificam-se por atividades não-agrícolas e geram 40% da renda nessas áreas, incluindo os setores: industrial e de serviços (LUSTOSA, Apud DELGADO: p. 61).

⁵ O artigo de Peter Rosset mostra os efeitos dessa proposta em termos da super-avaliação dos preços da terra. Embora modelo diferente para os países, tudo indica que as observações do autor são dirigidas ao caso do Brasil, onde tal modelo tem servido muito mais para estimular a corrupção entre latifundiários e funcionários dos governos dos Estados em termos de especulação e sobrevalorização dos preços das terras, o que inflaciona o mercado de terras. Tais ocorrências mostram que “*a reforma agrária de mercado*” tem sido mais benéfica para os latifundiários. Op. cit., p. 22. (Grifos do autor).

⁶ O governo federal vem comemorando os sucessos dos programas unificados de transferência de renda no Programa Bolsa Família. O Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome prevê, no ano de 2005, atingir 8 milhões de famílias pobres, ou seja, 40 milhões de pessoas. Declara que executaram 94,6 % do referido programa no ano de 2004. A Região Nordeste aparece com maior número de famílias atendidas, 5.259.839; a Sudeste com 3.045.159; a Sul com 1.045.279; a Região Norte com 1.134.478; e, por último, a região Centro-Oeste com 668.456. O governo não informa os dados segundo áreas urbanas e rurais, o que nos permitiria melhor avaliação quanto às condições dos trabalhadores rurais. Conforme dados do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Fonte:PNAD/ 2001/ IBGE). Extraído na Internet do site do MDS. Acesso em maio de 2005.

Nesse contexto a terra permanece como um importante “*meio de trabalho*”, se valoriza como terra-capital, a qual, conjugada ao desenvolvimento tecnológico, realiza o processo de valorização mediante a sucção de “trabalho vivo”, invertendo-o em “trabalho morto” como essência do trabalho, e cria as condições para a valorização capitalista.⁷ A expansão dos meios tecnológicos de produção e, conseqüentemente, a extração do valor-trabalho, “*altera a composição do consumo e determina (...) a composição orgânica do capital no departamento II e a taxa de acumulação*”.⁸ Isso resulta da abertura dos mercados nacionais e transnacionais que dinamizam o emprego do “capital constante”, otimizam obtenção de “*mais-valia relativa e absoluta*” não apenas com o aumento da produtividade, mas, sobretudo, com a exploração do trabalho cada vez mais qualificado pelas formas de “*subsunção formal e real do trabalho*”, nos termos de MARX.

Esse padrão de desenvolvimento desarticula a clássica noção teórica da contradição cidade-campo dissolvida na idéia de urbanização do campo, e reconstruída pela estratégia de integração rural/urbano. Esse ideário nega a idéia de totalidade concreta e reconstrói novas bases analíticas não mais calcadas no trabalho e na produção, mas, em áreas do conhecimento como comunicações, eletro-eletrônica, e informática, saúde.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo L. C. **O Caracol e sua Concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005.

KAGEYAMA, Ângela. **Mudanças no Mundo do Trabalho Rural no Brasil**. *Revista Agricultura* (SP), (51)2:81, jul./dez. 2004.

LUCKÁCS, György. *Ontologia do Ser Social. Os Princípios Ontológicos Fundamentais de Marx*. São Paulo: Livraria Editora Ciências Humanas, 1979.

LUKÁCS, Georg. **A Reprodução**. Tradução para o português de Sérgio Afrânio Lessa Filho. La Riproduzione, cap. II do v.II* de *Per l'ontologia dell'essere sociale*. 1.ed. Versão italiana de Alberto Scarponi, cópia datilográfica da redação em alemão por Ferenc B. e Gabor R., revista por Lukács. Roma: Editori Riunit, 1981.

LUSTOSA, Maria das Graças Osório P. **A Viabilidade da Agricultura Familiar no Contexto da Reestruturação Produtiva**: Particularidades no Brasil. Tese de Doutorado. Escola de Serviço Social da Universidade Federal do Rio de Janeiro- UFRJ, outubro de 2005.

_____. **Trabalho, produtivismo Agrícola e Políticas Sociais no contexto da Reestruturação Produtiva**: Desconstrução de sociabilidades, desafios ao Serviço Social. In: Anais do X ENPESS – Recife – Pe. 2006.

⁷ MARX, Karl, Capítulo VI Inédito, Idem, p.54-5.

⁸ MANDEL, Ernest. *O Capitalismo Tardio*. Idem, p. XII-XIII.

_____**Trabalho e Reestruturação Produtiva:** as Novas determinações da Modernização Agrária. Particularidades no Brasil. In: Anais do Encontro Internacional: Trabalho e Perspectivas de Formação dos Trabalhadores, Fortaleza- Ceará, 2006

MANDEL, Ernest. **O Capitalismo Tardio**. Introd. Paul Singer, Trad. Carlos Eduardo S. M., Regis C.A e Dinah de A. Azevedo. São Paulo: Abril Cultural, 1982. Os Economistas.

MARX, Karl. **Capítulo VI Inédito de O Capital**. Resultados do Processo de Produção Imediata. São Paulo: Editora Moraes, 1969.

_____. **O Capital** . Crítica da Economia Política. O processo de Produção Capitalista. 2. ed. Trad. Reginaldo San'Tanna. R.J.: Ed. Civilização Brasileira; 1971.Livro 1, V.II

_____**O Programa de Ghotá**. Rio de Janeiro: Ed. Livraria Ciência e Paz LTDA, 1984. Clássicos do Marxismo.

SILVA, José Graziano. **O Novo Rural Brasileiro**. 2.ed. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1999b. Coleção Pesquisas, 1